

Formação básica de um comunicador social voltado para a realidade brasileira

R. A. AMARAL VIEIRA

Professor da Universidade Gama Filho,
do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: 1. Introdução: o comunicador social é um intermediário 2. As relações comunicador-receptor e as limitações de linguagem 3. O objeto da comunicação de massa 4. A análise às limitações impostas ao comunicador social 4.1 As limitações subjetivas 4.2 As limitações objetivas 4.2.1 A mensagem (como objeto da comunicação) 4.2.2 A linguagem 4.2.3 Poder público 4.2.4 Empresariado 4.2.5 As nascentes da informação 4.2.6 Pertinência 4.2.7 Objeto 4.2.8 Controles Sociais 4.2.9 Objetivo 4.2.10 Censura 5. A dicotomia sociedade desenvolvida — sociedade subdesenvolvida e suas repercussões no ensino 6. As duas vertentes: a especialização e o humanismo 7. Primeira opção (política): o que fazer 8. Segunda opção: a formação humanística 9. Conclusões.

1. Introdução: o comunicador social é um intermediário

Para os efeitos da presente análise, conceituamos o comunicador social como aquele profissional que torna a mensagem (objeto) assimilá-

Contribuição ao V Encontro Latino-Americano sobre "A Formação Básica do Profissional de Comunicação" — UNESCO — USP — Escola de Comunicações e Artes — São Paulo, março/abril, 1977.

O Autor agradece as valiosas sugestões de Lauro Oliveira Lima, Nilson Lage e Ailton Benedito de Sousa.

vel pelo receptor (o universo). Integrado no processo operativo do emissor (fonte), o comunicador social é quem desencadeia a transmissão (canal). Tem-se como explícitas, portanto, as seguintes ocorrências: **a)** existência de veiculação (a mensagem é levada ao objeto da informação por intermédio de um veículo ou canal), **b)** utilização de recursos semiológicos (linguagem do emissor) e **c)** domínio, pelo comunicador social, de técnicas tanto relativas ao controle do veículo que opera e à linguagem (e sua sintaxe dentro do canal) que manipula, quanto ao conhecimento do sujeito-objeto da informação, escopo do processo comunicativo.

Assim, põem-se de manifesto, a um tempo, tanto o caráter de intermediação exercido pelo comunicador social, quanto a sujeição da empresa comunicativa a pressões de ordem econômica, político-legal, social etc. No momento em que comanda o processo de transmissão da informação, o comunicador social é um intermediário, ora **(a)** entre o poder público e a massa, ora **(b)** entre o poder público e/ou produtores e a massa e/ou compradores potenciais (universo receptor). De outra parte, a empresa informativa, empreendimento industrial-comercial, está subordinada à estrutura jurídico-legal do Estado, aos seus controles político-ideológicos, às conveniências do empresariado anunciante, aos interesses de seu próprio proselitismo (mais leitores, mais ouvintes, maior universo) e a controles sociais difusos, como opinião pública, moral, social etc.

Esses interesses, contudo, não são necessariamente convergentes, havendo mesmo casos de fraturas e choques, opondo interesses econômicos momentâneos e projetos políticos. O meio de comunicação de massa, assim, tem sempre um limite de atuação na superestrutura jurídico-ideológica do Estado. O natural, nessa ordem de raciocínio, seria que nem o Estado, nem o empresariado ferissem essa ordem de interesses e respeitassem essa espécie de pacto, tácito, porém bastante objetivo. A dinâmica social, todavia, às vezes, em questões conjunturais, obriga-os a lesar essa ordem de interesses, instalando choques e contradições. Se o **Washington Post**, por exemplo, sentiu-se em condições de defender os valores fraturados pela infidelidade de Nixon — de que podem ter advindo prejuízos materiais e políticos ao Poder norte-americano —, jamais levaria esse papel de guardião ideológico-moral da sociedade ao ponto de afetar o sistema político-econômico dos Estados Unidos. Cumprir-lhe, ao meio de comunicação de massa, dar o sinal de alarma, mas não lhe é concedido o poder de fratura. Assim, se a campanha contra as mordomias no Brasil, examinemos outro exemplo, afetava certos segmentos com interesses instalados no Estado, correspondia porém aos interesses do empresariado privado, nacional e estrangeiro, então envolvido em uma campanha antiestatizante que deixou frutos, e ainda atendia aos valores morais da classe média brasileira.

Não se elimina, contudo, a capacidade, inerente ao meio de comunicação de massa em uma sociedade pluralista, de intervir no fato social, transformando os acontecimentos que transmite ou provocando compor-

tamentos ou desencadeando fatos políticos, a serviço seja do Estado, seja do empresariado, seja de grupos de pressão. (1)

Mas a influência do comunicador social está restringida ao campo de sua intervenção técnica, de profissional que domina a linguagem daqueles meios. Nessa intervenção, todavia, poderá manifestar-se sua subjetividade cuja área de liberdade é delimitada pelos interesses econômicos, políticos e ideológicos dos controladores dos meios de comunicação de massa.

Na direção técnica do processo comunicativo — sabe-se que o comando político, substantivo, foge ao seu controle — o comunicador social depende de técnicas operativas, funcionais, como o sistema de signos, isto é, a relação dos signos com outros signos, dos signos com o mundo exterior e finalmente dos signos com os usuários. Mas essa técnica resultará inócua, ineficaz, se não estiver associada **a)** ao acesso, pelo comunicador social, à massa de informações e **b)** à sua capacidade de conhecimento crítico.

Em face da massa de informações disponíveis e das limitações do veículo, cumpre ao comunicador social proceder a uma triagem quantitativo-qualitativa entre o que é remetido às redações (principalmente pelas agências noticiosas) e o que por elas **pode** ser transmitido. O critério seletivo é norteado **a)** pelos interesses do Estado, **b)** pelos interesses da empresa e, subordinados a esses dois pólos e **c)** pelos controles sociais. Embora essas limitações acompanhem todo o processo comunicativo, cumpre ao comunicador social, decidido o que noticiar, interpretar a informação e elaborar a mensagem (texto). Na medida em que dispuser de capacidade de conhecimento crítico, o comunicador social — malgrado todas as limitações referidas — poderá ir além do simples registro (passivo, imparcial) do fato, situando-o dentro da realidade objetiva da sociedade. Essa capacidade de conhecimento crítico dependerá do nível de sua formação universitária. Se dificilmente poderá elaborar a mensagem em harmonia com seu senso estético e sua visão de mundo — que pode ou não coincidir com a dos detentores do Poder ou com os interesses da empresa — ou do seu esquema conceptual próprio sobre os interesses da Nação, cumpre-lhe ter consciência dessas limitações e de seu papel, do papel que lhe resta, dentro do processo comunicativo. Ponto de partida dessa visão crítica é a distinção, que ao comunicador social não pode ser omitida, entre os interesses do Estado e os da sociedade.

2. As relações comunicador-receptor e as limitações de linguagem

Cada meio possui discurso e sintaxe próprios, aos quais o comunicador social terá de submeter-se com um mínimo de criação — campo

(1) Watergate é ainda exemplo válido, e tenhamos presente, ao lado das motivações morais, os interesses da indústria bélica americana afetados pela **detente** e pela paz no sudoeste asiático, a campanha contra as mordomias, no Brasil, a demissão do Prefeito Hage, de Salvador (motivada por campanha de imprensa que teria em sua raiz conflitos de interesse entre a municipalidade e a indústria imobiliária) etc.

da subjetividade —, pois a percepção da mensagem está a depender não só da linearidade da transmissão, mas do domínio, pelo universo-objeto, da chave de decifração. E cada núcleo receptor impõe, teoricamente, uma linguagem a ele adequada. Daí submeter-se o comunicador social a regras, técnicas de revisão e estilo que limitam seu poder de intervenção no texto (emissão), restringem a criação a cânones, mas asseguram a meta do processo comunicativo: a comunicação (a recepção/assimilação da mensagem). Ressalte-se, uma vez mais, que essas técnicas não se restringem ao mundo da linguística, mas impõem o conhecimento do universo-receptor, não apenas de sua capacidade de recepção (decodificação), mas de reação, de adesão e resistência, isto é, a medida de seus interesses e valores.

Se a função da linguagem é provocar ou modificar atitudes (2), o **discurso persuasivo** é a manifestação típica das comunicações de massa, presentemente. Valemo-nos da expressão no sentido em que Umberto Eco a emprega, isto é, como aquele discurso “que quer convencer o ouvinte com base naquilo que ele já sabe, já deseja, quer ou teme”, isto é, como reforço e instrumento de coesão, em oposição ao **discurso aberto**, a saber, a possibilidade de diversos discursos, constituindo para cada um de nós “uma contínua descoberta do mundo”, ou seja, discurso que não pretende agradar e consolar, “quer colocar problemas, renovar a nossa percepção e o nosso modo de compreender as coisas” (3).

Em alguns casos, mais comuns em Estados sob regimes autoritários, nos quais a imprensa desempenha papel fundamental na coesão do sistema, o texto (aqui outra vez no sentido amplo de todo objeto de emissão), comentado ou não (e cada vez mais a notícia tende a ser interpretativa), de particular o político, para vir à tona, recorre a processos estilísticos cujo objetivo é esconder a idéia, escamotear o pensamento, fugindo assim aos crivos censórios. Parece-nos, todavia, tratar-se de processo anticomunicativo, desde que o esforço do autor — num aparente paradoxo, pois seu desejo é transmitir a idéia — é dificultar o entendimento linear do texto para facilitar sua veiculação. Opera-se, no caso, a um corte no universo-receptor, restringindo a um determinado segmento social, aquele a quem o comunicador decidiu dirigir-se, ou aquele ao qual teve de limitar-se por não poder valer-se de uma linguagem de fácil e ampla assimilação.

Mas é preciso ter em conta, igualmente, o objeto da comunicação.

Toda comunicação tem por escopo próprio, específico da emissão, em regra, uma mudança ou reforço, seja a motivação política ou a publici-

(2) Cf. Aranguren, José Luiz L. *La comunicación humana*. Ediciones Guadarrama — S/A Madri, 1975, p. 27.

(3) In *Entrevista a Augusto de Campos* apud Eco, Umberto. *Obra aberta*. Editora Perspectiva. São Paulo, 1971, págs. 280/1. O ponto de vista de Eco é aqui registrado, embora, em que pese à tendência de ver toda comunicação como persuasiva, subsista, no jornalismo, a preocupação basicamente referencial, tradicional no ofício e pilar do direito humano à informação. Mas a simples decisão de noticiar o fato, todo o fato, já envolve uma opção político-ideológica.

tária, seja a informação ou a formação, seja o entretenimento, seja o conhecimento científico etc. Esse escopo, por óbvio, está a depender da resposta do receptor. A reação não é passiva por definição; muito ao contrário, tende sempre a gerar um processo de resposta que pode dar lugar a **feed-back**. Mesmo nas hipóteses de emissões unilaterais e com resposta vedada, caso típico dos Estados autoritários, subsiste a tendência à resistência do meio social objeto (universo escolhido) à assimilação da mensagem. Daí necessitar o comunicador social do conhecimento prévio da capacidade de reação do receptor, posto que a comunicação, para efetivar-se, depende do grau de integração de interesses alcançados entre os sujeitos ativo e passivo do processo; a mensagem deve considerar os valores sociais, o discurso precisa estar ao nível da informação e o veículo terá de ser o mais adequado para a aproximação do emissor (fonte) com o receptor. Ocorre, porém, que esse grau de integração está condicionado ao grau de mascaramento da realidade, imposto pelo Estado, ou seja, só há identificação como fruto da alienação, e nesse sentido o comunicador social é um instrumento, agente, do processo de mascaramento. Ele próprio é uma vítima do mascaramento. Sua visão de mundo é assim uma "visão mascarada", e os limites de sua intervenção subjetiva estão contaminados por esse mascaramento, cujo grau de efetividade varia de Estado a Estado.

Quando as nascentes da informação estão fora da sociedade, ou pretendem influir na sociedade, atendendo ou não aos seus valores, resta ao comunicador social proceder à adaptação da linguagem a esse objetivo. Na medida em que os meios de comunicação de massa refletem uma imagem do mundo e da vida do homem que o habita, eles também constróem e alteram essa imagem, influem na vida social, interferem nos hábitos e costumes, moldam os valores sociais.

Lembre-se, ainda, que informar (reveja-se sua raiz etimológica) é dar forma, pôr em forma, formar, configurar ⁽⁴⁾, o que torna **natural** a definição do papel do comunicador social como o de **dar forma à mensagem**.

Esses são juízos de fato, não de valor. Não se revela um quadro ideal, mas simplesmente se procura refletir a realidade latino-americana, que também não exclui a possibilidade de contestação e resistência.

3. O objeto da comunicação de massa

Para o efeito de nossas especulações, impõe-se o estabelecimento de duas restrições metodológicas. A primeira, é a exclusão, do âmbito informativo, das transmissões de todas aquelas mensagens que carecem

(4) VIEIRA, Dr. Fr. Domingos. **Grande dicionário português ou thesouro da língua portuguesa**. Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto, 1873, terceiro volume: "Informar (Do latim **informare**, de **in** ... em, e **forma**). Dar forma ao que é informe ou sem forma, cujas partes estão desmanchadas, ou imperfeitas".

de conteúdo cultural ou socialmente significativo, como ocorre com as mensagens de índole estritamente afetiva. ⁽⁵⁾ A segunda, é a necessidade de a transmissão efetivar-se por intermédio de um veículo (canal) de comunicação de massa, donde se conclui que o diálogo, a conversa, o bate-papo etc., não constituem objeto quer da comunicação de massa, quer do comunicador social. Não há como, a propósito, nesse quadro, abarcar as preocupações próprias de **relações públicas** que, no Brasil, integram os cursos de comunicação. ⁽⁶⁾

4. A análise às limitações impostas ao comunicador social

No exercício das tarefas de comando técnico da operação comunicativa, o comunicador social está subordinado a uma série de limitações, as quais podem ser reduzidas a duas categorias: **a)** limitações subjetivas e **b)** limitações objetivas.

4.1 As limitações subjetivas

As limitações subjetivas derivam da relação sujeito/objeto do processo comunicativo. Se a comunicação é a transmissão da mensagem, se preexistem à informação o transmissor (canal), o emissor (fonte) e o receptor (destino), este encarado como objeto passivo do processo, o comunicador (agente da transmissão) integra um meio social do qual é, a um tempo, sujeito e objeto, e nesse sentido sofre sua influência, enquanto o receptor, sujeito passivo, influi no meio em que está integrado, nesse momento exercitando seu papel de agente.

A frente da operação comunicativa, isto é, no momento in-formativo, no processo de dar caráter à mensagem, que não é puramente mecânico, o comunicador social é influenciado por sua subjetividade — ideologia, quadro de valores, cosmovisão etc. —, a qual, de certa forma, consideradas as limitações objetivas a seguir nomeadas, se reflete na matéria in-formada, influi nos contornos formais da mensagem, embora se conserve ausente sua capacidade de intervenção substantiva.

(5) Cf. XIFRA-HERAS, Jorge. **A informação, análise de uma liberdade frustrada**. Editora Lux Ltda./Editora da Universidade de S. Paulo, 1975, Rio de Janeiro.

(6) Em depoimento à Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados (**Diário do Congresso Nacional**, 10 de abril de 1976) declarava o professor Venício Artur de Lima, da Universidade de Brasília: "(...) Daí decorreram algumas deformações que penso estão incorporadas no próprio currículo mínimo. Por exemplo, profissões como jornalismo, relações públicas e publicidade serem consideradas dentro do mesmo quadro de formação teórica, o que não me parece ser correto, tendo em vista que, por exemplo, o desempenho da profissão de publicitário é voltado para um objetivo específico, que é persuadir consumidores, enquanto o jornalista possui tarefa bastante diferente. Já passamos da fase na qual o jornalista era um mero observador que transcrevia os fatos que observava. Penso que hoje a função principal do jornalista não é somente transcrever os fatos, mas interpretá-los e colocá-los dentro de um contexto social e cultural, analisá-los para o seu leitor. Parece-me que o tratamento idêntico de profissões que têm funções tão diferentes é outro aspecto a ser considerado quando se considera a qualidade do ensino".

Essa subjetividade, por seu turno, em tese, é resultante do quadro ideológico do sistema, posto que o comunicador social, ao tempo em que é instrumento dessa ideologia, quando in-forma a mensagem segundo os interesses do Estado, da empresa comunicativa, dos anunciantes etc., é também por ela influenciado e in-formado. Dissemos "em tese", já que estamos discutindo o processo em abstrato. Na realidade, porém, esse quadro ideológico seria um "vir a ser síntese" da interação/repulsão de uma variedade de elementos contraditórios, mormente em países subdesenvolvidos. A in-consciência desse processo, isto é, das limitações objetivas e subjetivas, e, dentre elas, da estreita faixa concedida à criação formal, pode muitas vezes chegar a afetar a integridade emocional do comunicador, em face da frustração que nesse caso se torna inevitável.

As limitações de ordem subjetiva se manifestam mediante formas as mais distintas, valendo assinalar **(a)** a autocensura (indicadora das relações do comunicador social em frente ao Poder e à sociedade), **(b)** o nível cultural do comunicador social, nele compreendida sua formação profissional, **(c)** a formação ideológica e **(d)** a visão do mundo.

A autocensura não está restrita aos regimes autoritários, embora neles se exerça de forma exacerbada. Em qualquer situação, o comunicador social está em face **(a)** de mensagens a selecionar e **(b)** de tratamentos formais distintos. O processo decisório é informado por conveniências legais e objetivas (o quadro jurídico-político do Estado, a linha do jornal ou do veículo, as conveniências da publicidade etc.), mas a elas não se reduzem. Há considerações de ordem moral e religiosa, e há, até, o quadro de valores do comunicador social. O nível cultural do comunicador social, sua formação técnico-profissional, podem contribuir para uma maior libertação daqueles condicionamentos subjetivos, dando-lhe condições de escolhas mais livres e menos pessoais, mais comprometidas socialmente. Essa formação profissional, todavia, não está apartada do próprio quadro ideológico dentro do qual se situa o comunicador social, como cidadão e profissional, bem como de sua visão de mundo, um e outra a um tempo, limitando e alargando sua capacidade de intervir no fenômeno social da comunicação.

Mas a comunicação social integra o aparelho ideológico do Estado que exerce seu controle por intermédio de limitações objetivas.

4.2 As limitações objetivas

As limitações objetivas são de natureza vária, intermeando-se questões políticas (a legislação, por exemplo), com outras derivadas do próprio caráter do processo de comunicação social. Dentre essas limitações, mais ou menos gerais, podemos destacar:

4.2.1 A mensagem (como objeto da comunicação)

A primeira limitação imposta ao técnico em comunicação é a mensagem em si, à qual terá de cingir-se. Além de depender da mensagem a

transmitir, pois não a produz, o comunicador depende de seu conteúdo, desde que terá de trabalhar ora com uma notícia, ora com uma matéria publicitária, ora com a informação científica etc. Se a comunicação social é a emissão, transmissão e recepção de uma mensagem, não cabe ao comunicador social escolher a informação a ser transmitida, isto é, fazer a notícia acontecer, produzir a informação científica etc. Cabe-lhe trabalhar a informação, expressá-la em signos ou símbolos de sorte a viabilizar a transmissão.

4.2.2 A linguagem

A recepção depende da adequação da linguagem ao canal e ao universo a que se dirige. A linguagem, pois, está subordinada não só ao caráter da transmissão (do que é objeto da transmissão), como também ao caráter do canal, pois cada um possui discurso próprio e, segundo sua categoria, uma sintaxe própria. Se cada meio, como lembra Umberto Eco (7), possui seu código próprio, seja o linguístico, o icônico, o sonoro, a esse código encontra-se limitado o comunicador social. Mas, ainda dentro do discurso próprio ao veículo, há a linguagem derivada do caráter da mensagem em si e da índole do órgão transmissor. Determinados órgãos de imprensa estabelecem um léxico próprio, enquanto, por sua natureza, cada categoria de mensagem exige um tratamento particular a ela adequado. Assim, se jornal impresso e jornal audiovisual, por exemplo, possuem discursos distintos, o noticiário policial é apresentado mediante linguagem diversa daquela utilizada no noticiário esportivo e este possui uma identidade que o separa do discurso político e todos entre si em face da mensagem publicitária, e assim por diante.

4.2.3 Poder público

Tanto o comunicador social quanto a mensagem e o discurso, e de particular a emissão e a transmissão, estão subordinados aos interesses do Estado, que atua no sentido de controlar a produção da mensagem, seu tratamento, a informação, emissão e recepção. Dessa forma, apenas seria noticiado, tão só, o que interessa ao Estado, e quase sempre do modo como lhe conviesse. Essa subordinação, derivada ou não da estrutura legal, tanto se reflete na censura e na autocensura (às quais se subordinam empresas e profissionais), vale dizer, na omissão da informação, quanto na veiculação de matérias do interesse do poder político, quanto no tratamento do discurso. Em outras palavras, podemos dizer que há a seleção, há o tratamento e há ainda a produção da mensagem, segundo os interesses estatais.

O papel do poder político cresce de importância nos países subdesenvolvidos, nos quais o Estado, inesgotado seu poder regulamentador,

(7) Apud XIFRA-HERAS, Jorge, ob. cit.

mediante o qual estabelece o controle jurídico da comunicação, assume o controle econômico das empresas comunicativas, controle tanto maior quanto mais pobre é a sociedade. Esse controle se instala com a gerência do crédito e o monopólio das importações, mediante os quais só têm acesso a financiamentos internos as empresas liberadas pelo Estado, o mesmo se dando relativamente a avais para empréstimos externos, enquanto é preciso que a empresa faça por merecer não apenas licenças de importações (desde máquinas e equipamentos a papel, filmes etc.), como a publicidade estatal, sem a qual muitas se tornam inviáveis. (8)

4.2.4 Empresariado

Paralelamente aos interesses do Estado (mas com eles muitas vezes convergindo), se estabelecem as conveniências do empresariado, limitando a liberdade temática em face da subordinação da empresa jornalística às pressões da publicidade. Se, de um lado, é noticiado tão-só o que não contraria aos interesses dos reais controladores das empresas jornalísticas, os proprietários das contas de publicidade, sem a qual nenhum veículo subsiste, de outro, deve a editoria procurar aqueles assuntos e aquelas matérias simpáticas aos seus anunciantes, facilitando o trabalho do departamento comercial.

(8) Lê-se no **Jornal do Brasil**, edição de 3 de março de 1977: "SIP louva decisão de Brasília de suspender boicote à imprensa. Cartagena — Diretores de jornal do Hemisfério Ocidental reagiram com satisfação ao término do boicote econômico que o Governo do Brasil vinha impondo ao **Jornal do Brasil** conforme lhes informou o Vice-Presidente Executivo da empresa, Dr. M. F. do Nascimento Brito.

O boicote fora criticado durante a reunião inicial do Comitê de Liberdade de Imprensa da Sociedade Interamericana de Imprensa. O presidente do Comitê, o Diretor e Presidente-executivo do jornal **La Nación**, de São José (Costa Rica), Guido Fernandez, afirmou que o telegrama de Nascimento Brito "é indubitavelmente um sinal alentador".

Excelente notícia.

Em seu telegrama a Fernandez, o Vice-Presidente Executivo do **Jornal do Brasil** afirmou: "Acabo de receber notícias do Brasil de que o Governo decidiu suspender o boicote econômico contra o **Jornal do Brasil**. Meus agradecimentos por seu grande apoio e pelos apelos feitos. Estenda-os também a George Beebe (chefe de redação do **Miami Herald** e secretário executivo da SIP) ao Comitê e à Associação. Continuarei lutando pela liberdade de imprensa no mundo".

Andrés Garcia Lavin, proprietário de **Novedades**, de Merida (México) disse que a decisão do Governo é "um magnífico sinal para a implantação da liberdade de imprensa no Brasil". Argentina Hill, editora de **El Mundo**, de San Juan (Porto Rico), qualificou a suspensão do boicote de "excelente notícia".

German Ornes, de **El Caribe**, de Santo Domingo, comentou que o término do boicote "revela muita sensibilidade da parte do Governo brasileiro. E eu espero que esse seja o passo inicial para a suspensão de todas as outras restrições sobre a imprensa brasileira".

O primeiro-vice-Presidente do Comitê de Liberdade de Imprensa da SIP, David Meissner, do **The Milwaukee Journal**, achou "alentador" o término do boicote e comentou que essa foi "uma das primeiras vezes em que vejo uma rápida relação de causa e efeito entre alguma crítica do Comitê e uma reação externa".

4.2.5 As nascentes da informação

Outra sorte de restrições deriva da fonte do noticiário internacional, agências estrangeiras que refletem os interesses dos Estados de origem e dos grupos econômicos multinacionais aos quais estão ligadas. Os fatos são pré-selecionados por essas empresas e transmitidos aos países receptores segundo esses interesses. Presentemente, existem cinco agências internacionais, a saber, **Associated Press** e **United Press International** (Estados Unidos), **Reuter** (Inglaterra), **France-Presse** (França) e **TASS** (URSS). Essas cinco agências, esses quatro países, são responsáveis por cerca de 70% das notícias internacionais publicadas na imprensa diária do mundo. De forma minimizada, a questão se reproduz no noticiário nacional, quando países de extensão do Brasil, por exemplo, com 999 emissoras de rádio e de televisão e 2.127 periódicos, dados de 1973, têm o noticiário local controlado por três agências de notícias (9).

4.2.6 Pertinência

Também a exigência de oportunidade da informação é um fator limitativo. Se deve ser guardada pertinência entre o fato e a veiculação, sem a qual dificilmente se dará a comunicação, o comunicador não pode decidir pelo momento da veiculação. A comunicação está presa à atualidade, ao hoje, ou aos fatos de ontem quando noticiados pela primeira vez (daí a atualidade) ou quando sua recuperação é determinada por fatos novos, ou ainda quando sua menção se destina a facilitar a compreensão de acontecimentos recentes etc. A atualidade, por óbvio, está diretamente ligada à periodicidade do veículo, tanto quanto sua pertinência está presa à linha temático/programática, associação que determinará a mensagem, considerando ora a atualidade, ora o fato em si, ora o interesse geral, ora o interesse do segmento específico a que se dirige, ora sua universalidade, ora sua especialização, ora sua periodicidade, seja a repetição constante, seja a emissão isolada.

4.2.7 Objeto

O objeto do comunicador social é sempre o homem, visto como individualidade ou conjunto (massa), numa hipótese ou em outra, constituindo o universo-receptor. Em face do objetivo da emissão e da proposta do canal, esse universo se estende ou se retrai, podendo a transmissão destinar-se ao chamado público em geral (transmissão horizontal) ou a determinado segmento desse universo (transmissão verticalizada). O homem, como receptor, como individualidade e como corpo social, isto é, como objeto, não perde de todo o caráter de sujeito do processo comunicativo na medida em que pode resistir à emissão e rejeitar a men-

(9) Cf. **Anuário Estatístico do Brasil**, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1976.

sagem. O comunicador social há que conhecer tanto quem recebe a informação (a quem é destinada a transmissão), quanto as modalidades de recepção, o que é emitido-recebido, pois os meios de comunicação de massa se realizam, cumprem a finalidade, quando alcançam um número cada vez maior de leitores, ouvintes e espectadores e desses obtém a aceitação da mensagem a eles destinada.

4.2.8 Controles sociais

Enquanto a ação limitadora tanto do Estado quanto do empresariado é direta, há uma limitação difusa, todavia não menos efetiva, representada pelos controles derivados da "moral social", fatos, opiniões, organizações e tendências sociais, dentro de cujo contexto se desenvolve a informação. São esses controles os valores sociais, a moralidade pública, a religiosidade, as tradições, os hábitos e costumes e, por fim, a opinião pública, tanto quanto os demais elementos, também ela objeto da ação dos meios de comunicação de massa, "racionalizada" em suas fontes formadoras mediante o emprego da técnica, com todos os recursos científicos da comunicação de massas — a imprensa, o rádio e a televisão — deliberadamente conjugados, a compor um extenso laboratório de "criação" da opinião, para atender a interesses maciços de grupos ou poderes governamentais. (10)

4.2.9 Objetivo

O objetivo do comunicador social é criar uma aceitação ou uma rejeição, seja estimulando mudanças, seja estimulando resistências, seja fortalecendo hábitos, conceitos, valores. É, assim, instrumento de reforço ou mudança, podendo ter uma motivação religiosa, política, comercial, científico-pedagógica, de lazer etc. O objetivo determina o universo, o canal e a linguagem e pré-seleciona o que deve ser transmitido.

4.2.10 Censura

A censura, aqui, é empregada em sua expressão ampla, próxima do sentido de **gatekeeper** (Kurt Lewin, 1947). A distância natural entre o espaço disponível pelo canal (espaço/tempo), limitado, e as informações (volume de mensagens a transmitir) (11), impõe um sistema de seleções

(10) BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972, p. 576.

(11) Informa Xifra-Heras, Jorge, *ob. cit.*, p. 101: "Os jornais franceses, escrevia Dubois-Dumée em 1955, precisam em média de 8.000 palavras por dia para cobrir a informação do exterior e recebem, de uma só agência, 43.000. A Agência France-Presse distribui 350.000 palavras por dia; o *New York Times* recebe diariamente um milhão de palavras e publica umas 120.000. Um diário norte-americano, de porte médio, por exemplo, recebe de quatro agências informações para compor 450 colunas e dispõe de 15 apenas".

(e nessa operação está implícita a censura como forma de escolha) que, no jornalismo, tem início com a coleta do fato-notícia pelo repórter, prossegue nas redações onde o editor decide o que informar, e o censor, presente ou não, elimina o que não interessa à vontade do Estado. Entre a seleção profissional e a política se situam os interesses econômicos que viabilizam a empresa informativa no sistema capitalista.

5. A dicotomia sociedade desenvolvida/sociedade subdesenvolvida e suas repercussões no ensino

Os fatos até aqui assinalados nos conduzem a identificar, também no que diz respeito à comunicação, a dicotomia sociedade desenvolvida/sociedade subdesenvolvida. Os interesses diversos dessas sociedades — e dentro delas as distinções entre Nação e Estado — impõem políticas de comunicação igualmente diversas, e, daí, a formação de seus comunicadores sociais deve refletir a diferença de objetivos. Cada um dos itens apontados tem o objetivo de prefigurar a estrutura e os elementos da atividade de comunicação. Eles foram apresentados em abstrato. Frente a uma realidade específica como a dos países latino-americanos ou subdesenvolvidos em geral, esse arcabouço deve ser cotejado com a realidade para sofrer as transformações e adaptações necessárias. Insiste-se nesse ponto para acentuar que, em nossas sociedades, o caráter histórico-cultural do processo comunicativo deve receber consideração prioritária na formulação do currículo destinado à formação de comunicadores sociais.

Malgrado essa realidade, o ensino da comunicação no Brasil está preso ao ideal de tentar repetir a experiência desenvolvida, européia e norte-americana, apelando para um falso tecnicismo, sem amparo em nossos recursos e em nossas necessidades, base do fracasso do ensino e dos impasses profissionais que coartam os passos de nossos jovens comunicadores.

O ensino da comunicação, entre nós, há de reconhecer nossa realidade, de país subdesenvolvido, as restrições políticas e econômicas e seus reflexos na sociedade brasileira, sejam as limitações ao exercício da comunicação, seja a concentração de canais e empresas, reduzindo as oportunidades de emissão e o mercado de trabalho.

O atual currículo de comunicação, no entanto — o conhecido Parecer Celso Kelly —, é uma tradução, com algum esforço de adaptação e atualização, de um superado modelo americano do princípio do século, e consagra a falsa proposta tecnicista, resultante daquela visão (nos Estados Unidos os cursos de jornalismo aparecem a partir de 1908), segundo a qual o comunicador social é um simples observador, recolhedor frio de fatos, uma espécie de caixa registradora de acontecimentos. Daí a ausência de qualquer preocupação com a formação teórica adequada, o que se veio casar com a arregimentação do magistério nos círculos mais sofisticados (e alienados) dos centros de Letras e Filosofia, de um lado e, de outro, nas salas de redação, nos laboratórios, nos estúdios etc. com

a improvisação de pensadores idealistas em teóricos da comunicação e de técnicos razoavelmente bem sucedidos em professores de nível superior. Explorou-se a tendência natural do aluno ao contato com a realidade e por realidade passou-se a fornecer os “macetes” das “cozinhas” dos canais. E uma mesma sala-de-aula preparava, e prepara, um jornalista, um publicitário, um relações públicas, a todos se dando a mesma formação teórica, isto é, uma informação alienante, a todos se transferiam e transferem, em bloco, técnicas européias e norte-americanas, notadamente norte-americanas, sem nenhum comprometimento com a realidade brasileira, e sem que ao aluno, futuro comunicador social, fossem dadas condições de, ele mesmo, proceder a essa redução. É que também a ele não fora dado conhecer a realidade de seu País, oculta ora pelo tecnicismo metropolitano, ora por uma teoria que mal se aplica aos países em estágio pós-industrial e que, portanto, nenhuma significação encontra na vida brasileira.

O ensino pretensamente técnico, se não esbarrasse na sua incompatibilidade com as necessidades da sociedade brasileira, tinha a obstaculizar sua execução as crassas deficiências de recursos do País, a estrutura de nossas escolas, todas elas desaparelhadas e inadaptadas a esse tipo de ensino, a começar pelas escolas públicas. Ao aluno a quem não era fornecido o instrumental teórico com que enfrentar a realidade, também não eram e não são transmitidas técnicas eficazes, pois as escolas e seus equipamentos guardam, e guardarão sempre, insuperável distância com o nível técnico das empresas, cujos equipamentos e cujo nível de operação estão a uma distância que as universidades brasileiras e latino-americanas jamais conseguirão superar. E o nosso **técnico**, na vida profissional, se encontra superado pelo **prático**, sem o domínio das técnicas que esse conheceu no dia-a-dia da profissão, e sem condições de dar um salto de qualidade em face de sua formação teórica pobre. Nem teoria, nem prática. Confundem-se as técnicas de produção do discurso (sua semiologia, suas articulações com o social) com as técnicas industriais de manipulação do canal.

Essas considerações pretendem demonstrar que o ensino universitário de comunicação, sem desprezar a informação técnica, deve dar ênfase ao conhecimento teórico, o único que, dando condições de intervenção crítica, habilita o comunicador social a, na vida profissional, manter-se em dia com o desenvolvimento tecnológico incessante e que se desenvolve à margem de nossa vida universitária, ou seja, pretende-se um ensino cujo objetivo seja “um profissional que tenha informação fundamental básica para poder entender o mundo em que está situado e as técnicas básicas de linguagem de cada um dos meios; esse profissional será capaz de, em curto espaço de tempo, adaptar-se à tecnologia nova do meio”. (12)

(12) ARTUR VENÍCIO DE LIMA, depoimento citado.

Em face das extensas limitações até aqui nomeadas, o comunicador social se transformará em mero brinquedo das forças em choque se não dispuser, ao lado do instrumental técnico, de condições de compreender e fundamentar sua intervenção e, valendo-se da informação teórica, tirar o melhor proveito técnico dos meios. A própria técnica deve pressupor uma teoria à qual ela dá forma momentânea. Isto é, sem conhecimento crítico, o comunicador social será não apenas um intermediário (o que é inevitável), mas também instrumento das forças em conflito, sem capacidade sequer de compreender o processo histórico e político, e assim, incapaz de qualquer sorte de influência. Mesmo do ponto de vista profissional, tenderá sempre à desatualização, pois a simples informação técnica, estática, apartada da informação teórica, não lhe dará condições de acompanhar o incessante e rápido desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa. E a teoria alienante tenderá por incompatibilizá-lo irremediavelmente com a verdadeira teoria, ponto de reflexão sobre a experiência histórica concreta.

6. As duas vertentes: a especialização e o humanismo

As discussões relativas à formação do comunicador social, portanto, podem ser reduzidas, grosso modo, a apenas duas vertentes. De um lado agrupamos os que defendem um ensino predominantemente técnico e voltado para a formação de especialistas e, de outro, os que pleiteiam um ensino predominantemente humanístico, destinado à formação do que chamaríamos de **generalista**. Nesse contexto, o especialista poderia ser identificado como aquele profissional que atua num microcosmo, raciocina a partir de esquemas conceptuais particulares, válidos apenas em seu microcosmo, sempre dentro de um quadro ou de uma metodologia específicos, isto é, por natureza desaparelhado para os juízos críticos, éticos e de valor, exigidos na interação de sua especialidade com o macrocosmo, a sociedade. O generalista, ao contrário, mercê da formação humanística, estaria mais capacitado a proceder a julgamentos de valor, habilitado que fora pelo domínio de uma gama de informações desestruturadas frente a um microcosmo, mas que se interligam no contexto macro. O especialista examina (e conhece) o indivíduo, o generalista, a espécie, a sociedade, vale dizer, o indivíduo em seu relacionamento político-social. Transplantando para o campo da comunicação, poderíamos dizer que a formação tecnicista-especializadora tenderia à análise do veículo, da transmissão como fato em si, enquanto a formação humanístico-generalista tenderia à abordagem não só do veículo, do canal ou da emissão, vistos como parte de um conjunto comum, mas do processo comunicativo, em outras palavras, se voltaria para a relação emissão-objetivo e seus efeitos.

O ensino generalista deve, porém, prevenir-se para o risco de se tornar um vetor de informações impertinentes, uma espécie de refúgio para

tudo que a experiência do homem superou ou mostrou ser inviável e que subsiste apenas graças ao prestígio da tradição idealista.

A interpretação globalista, portanto, está a depender da associação do conhecimento técnico (o estudo dos meios de comunicação de massa de forma individualizada), à visão humanística, decorrente da interação homem-sociedade, que deve ser o objetivo do ensino universitário: "A educação é um processo de criação de atitudes e de transmissão e desenvolvimento de hábitos, experiências, conhecimentos e técnicas, concebido e dirigido exclusivamente pelo homem e para o homem, em interação com o ambiente. O homem não realiza a sua educação em si mesmo; necessita do ambiente para realizá-la e expressá-la. O ambiente é o registro e a imagem de sua vida e atividade; é como sua segunda natureza." (18)

Não se trata de ignorar o veículo como canal, ou seja, de abandonar seu estudo em si, mas de, desprezando a análise do ponto de vista exclusivamente e pretensamente tecnicista, encarar a sua operação como fenômeno sociológico, isto é, como a um tempo sujeito ativo e passivo de transformações sociais. A necessidade de manter sob controle o caráter dessas transformações é que impõe o estudo dos meios. Em outras palavras, os canais valem e constituem objeto de preocupação do cientista social na medida em que desempenham o papel de instrumentos (ferramentas) de intervenção na sociedade. Assim, de um lado, se revela impróprio reduzir o ensino universitário à análise dos processos de produção, às técnicas de televisão, aos conceitos de continuidade, ao melhor aproveitamento dos efeitos fotográficos etc., isto é, a operação mecânica dos meios, e, de outro lado, se revela como central a análise ao papel desempenhado por cada um desses meios, a morfologia da mensagem transmitida, o conhecimento de seu objetivo claro ou implícito, e a antecipação de seus efeitos sobre o universo-objeto.

Essa visão é incompatível com a formação puramente tecnicista e especializadora e pressupõe uma teorização correta e conseqüente.

(18) REISSIG, Luiz. *A era tecnológica e a educação*, CBPE, MEC, Rio, 1959, p. 21. A propósito, escreve R. Bukminster. Fuller, Eeart, inc. *Anchor Press/Doubleday Garden City, New York, 1973*, p. 176):

"Uma revolução educacional baseada na sinergia que significa achar o "comportamento de todos os sistemas imprevisíveis pelo comportamento" de qualquer de suas partes, tomada separadamente, requer a mudança de nosso atual sistema de compartimentalização do conhecimento, indo do particular em direção ao mais e mais particular.

Devemos começar a educação com um inventário de tudo que se conhece, ou seja, todos os princípios gerais já descobertos, e partir deste todo, para o tratamento de casos especiais. Isto implica a eliminação de toda a especialização, com generalistas de "limitados períodos de mergulho" na profundidade de estudos de casos especiais, e uso de princípios gerais intercambiáveis.

O mergulho em profundidade envolve específicos subcomplexos do todo. Isto gera as ciências aplicadas".

7. Primeira opção (política): o que fazer

Aqui, precisamente, se coloca o divisor de águas. Se nosso esforço é no sentido de deixar intocadas as estruturas que garantem o subdesenvolvimento do Continente, nada melhor do que, relativamente ao comunicador social, fortalecer o ensino lúdico-técnico, pretensamente científico ou cientificista relegando tudo o mais a uma questão de "responsabilidade" ou compromisso ideológico. (14) Se, todavia, entendemos que o nosso quadro de realidade não é uma fatalidade, mas fruto de um desenvolvimento histórico que pode ser por nós conduzido, cumpre-nos admitir que o comunicador social deve receber, na Universidade, nos cursos de graduação, uma formação que lhe dê condições de, sem ilusões quanto ao seu papel, intervir na realidade como sujeito do processo. Entendemos, pois, que o comunicador social deve ser formado (não informado) para assumir a análise crítica da sociedade e de seu papel dentro dela, compreendendo os mecanismos do Estado, a formação e o exercício do Poder para, assim, compreender o papel dos meios de comunicação de massa. Por conseguinte, à tendência lúdico-tecnista deve-se antepor uma formação humanística e histórica que a coloque no lugar devido.

Em outras palavras, trata-se de estabelecer a fronteira da ciência com a técnica, o momento em que se decide **o que fazer** e aquele que mostra **como fazer**. A escolha da metodologia envolve uma decisão política e está a depender da formação científico-crítica do comunicador social. Essa formação deve ser o objetivo de qualquer currículo.

8. Segunda opção: a formação humanística

Em face da realidade brasileira e latino-americana, optamos pela formação humanística e generalista, atenta à realidade circundante. Partamos das restrições ao especialista.

A primeira restrição é a evidência de que o todo é diferente da parte. A multidão não é apenas um número elevado de pessoas. A noção de **público** extrapola a informação aritmética do universo. A sociedade tem um comportamento diferente da soma dos comportamentos individuais. A visão isolada, reducionista, leva ao conhecimento de um aspecto do problema, não de seu processo, e o fenômeno comunicativo, mais do que qualquer outro, se desenvolve em cadeia, alimentando-se e propagando-se em função das reações que gera na própria estrutura. **Contrario sensu**, a formação generalista se impõe, de um lado, por necessidades decorrentes do próprio caráter da atividade do comunicador social e, por outro, como forma de defesa de nossas sociedades.

(14) Ver a propósito o projeto Bittencourt, apresentado ao Conselho Federal de Educação.

Lembremos, de início, que, contrastando com a tendência presente à especialização, o comunicador social de um modo geral, de especial nos países subdesenvolvidos, necessita de possuir uma visão geral dos problemas que afetam a sociedade (e que são o objeto de sua atividade profissional), uma informação ainda que horizontal dos temas objeto da comunicação social. Cada emissão, de particular a emissão jornalística, é, a seu modo, a síntese da cultura de seu tempo, exigindo do profissional uma visão geral dessa cultura, uma informação geral sobre sua sociedade. O risco da superficialidade (sem discutirmos o conceito de superficialidade em face da comunicação de massas) é anulado pelo tratamento ético da mensagem e o atendimento do direito passivo do indivíduo à informação a mais completa possível. O aprofundamento da informação é tarefa dos especialistas, os quais, sem integrarem a categoria do comunicador social, sempre podem ser mobilizados pela empresa comunicativa.

Além de dispor de uma formação multidisciplinar, da qual resultaria aquele profissional versado nos diversos enfoques de uma mesma realidade, o comunicador social deve ser habilitado a desempenhar o papel de generalista também em termos de comunicação, na medida em que sejam possíveis as aproximações entre os diversos ramos da produção do fenômeno comunicativo. Ao técnico em pormenores, antepomos o generalista. Ao invés das subespecializações, os grupos de especializações afins. De preferência, o **bacharel em jornalismo** e o **bacharel em publicidade**, que são profissões existentes regulamentadas, com especificidade de objetivos e meios, como o bacharel em direito, o médico etc., decorrendo a especialização de estudos em nível de pós-graduação. Não tem sentido, na realidade brasileira, a pleora de subformações que caracteriza nosso ensino de hoje, "formando" jornalistas gráficos, jornalistas audiovisuais, telejornalistas, audiovisualistas, radiojornalista, jornalista-jornalista, cinegrafista, fotógrafo, editor, revisor; publicitários-criativos, contatos, publicitários-administradores, técnicos em **meio**, relações públicas etc. Essa habilitação, afora artificial, pois a formação é de jornalista, é de publicitário, é de relações públicas, é de editor, isto é, de **comunicador social**, revela grave descompasso com a realidade brasileira, a realidade do mercado de trabalho, que não consagra nada disso. Tirante o **relações públicas**, que é de fato uma especialização, a empresa comunicativa está aberta ao **profissional de jornalismo, ao cineasta, ao editor, ao publicitário**, isto é, ao comunicador social. A distância entre essa formação profissional e o mercado, quando a tendência dos veículos é a concentração, é uma das responsáveis pela crise do trabalho.

Essa habilitação é ainda desaconselhável se a analisarmos do ponto de vista de custo-benefício, pois verificaremos que o alto preço exigido pela formação desses subespecialistas não encontra justificativa em exigências do interesse social.

Sabemos, ainda, que o tecnicismo facilita a assimilação mecanicista de valores e interesses das sociedades que exercem controle em nosso Continente. Essa influência — facilitada internamente pela estrutura de nossas economias — poderá ser obstaculizada pelo comunicador social na medida em que tiver consciência desse processo de dominação. Do esforço de resistência cultural não pode estar afastada a Universidade, desde que “o principal objetivo da educação em qualquer sociedade é salvaguardar a sua continuidade. A natureza da escola, uma das principais forças educacionais da sociedade, é, por consequência, determinada pela natureza da própria sociedade: os seus ideais nacionais, as relações entre os cidadãos e o Estado e a sua atitude em relação à infância”. (15)

Uma das funções da universidade brasileira é a preservação da sociedade brasileira mediante o fortalecimento de seus valores, de sorte a poder antepor-se à alienação. Esse objetivo, todavia, será inatingível se o ensino permanecer sem considerar a realidade nacional e latino-americana, alienação essa que é também um dos efeitos do esforço tecnicista. No bojo da aparelhagem das escolas, e por definição estaremos sempre em face de aparelhamento deficiente e de rápida obsolescência, e cuja função laboratorial é sempre discutível, (16) há um inescamoteável desvio de alunos e professores da realidade de seus países, da sociedade para a qual se dirigirá todo o processo comunicativo. A reprodução mecanicista de técnicas, sem redução à realidade objetiva, não dá ensejo à análise da sociedade, mas os equipamentos mantêm presos, distraídos, professores e alunos. O resultado é uma formação alienada da realidade brasileira. Nosso comunicador, que nas escolas pode chegar a conhecer o futuro da comunicação, em nossos veículos terá de contentar-se com a realidade tecnológica dos subdesenvolvidos e dessa tecnologia tirar o melhor proveito com um mínimo de dispêndio, o que não logrará aprender enquanto estiver limitado às informações técnicas das sociedades desenvolvidas. Mas a alienação não se resume a esse ponto, revelando-se também na importação de valores, na absorção de linguagem, na perda da identidade. Não é sem razão, que o universitário brasileiro se encontra mais próximo de Nova Iorque ou Paris do que de qualquer capital latino-americana. Não é sem razão que em nossas escolas não há qualquer preocupação com o estudo de nossa formação de Povo, Nação e Estado: não se cogita da sociedade brasileira. Em outras palavras, é preciso insistir na necessidade de o ensino de comunicação social voltar-se para a realidade brasileira, o currículo absorvendo aquelas matérias que levem os futuros profissionais a conhecerem os problemas de seu País.

(15) GRUBER, Frederick C. *Antropologia e educação*. Editora Fundo de Cultura, Rio, 1963, p. 13.

(16) Uma alternativa pode ser o estabelecimento de convênios com órgãos de comunicação de massa, como pretende a Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro.

9. Conclusões

A formação básica do comunicador social deve partir do conhecimento de sua sociedade. No caso brasileiro seria fundamental, pois o ensino de matérias como **Formação histórica do Brasil**, **Formação cultural**, **Formação política** e **Formação econômica**, básicas, introdutórias ao curso de Comunicação, e comuns a todos os outros.

Essa posição, aliás, foi perfilhada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, que, atendendo a pedido do Conselho Federal de Educação, apresentou, em maio de 1976, sua proposta de currículo mínimo do curso de comunicação, proposta afinal inconsiderada pelo relator da reforma do currículo de comunicação, conselheiro Benedito de Paula Bittencourt. Naquele documento, cujo texto integral vem logo a seguir, se encontram as Diretrizes que resumem a visão política de toda uma reforma:

“A proposta do currículo mínimo do curso de graduação em comunicação social teve a presidi-la a necessidade da formação de profissional que, além de habilitado ao desempenho eficiente de suas funções, pudesse intervir no processo social como agente de transformações. Assim, propõe-se um currículo informado por amplo quadro de referência que se traduz na análise, na prática e na própria produção da cultura brasileira, encarada em seu sentido dinâmico. Daí a inclusão, como matérias indispensáveis, de: Formação econômica do Brasil, Formação política do Brasil, Formação sócio-cultural do Brasil e Problemas sociais e econômicos contemporâneos, que serão lecionados ao lado de Estudos de Problemas Brasileiros. O comprometimento com a realidade e a cultura brasileira não se restringe à presença dessas matérias no currículo mínimo; deve-se assegurar, sobretudo, a preocupação permanente, em todo o curso, de aliar a formação teórica à praticidade do ensino e ao fornecimento ao aluno do instrumental teórico e técnico de intervenção.

Pretende-se a formação de profissional habilitado a utilizar e modificar as técnicas de comunicação social e, com elas, a partir de uma visão histórico-crítica, não apenas atuar, mas atuar como agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido, sem perda de uma visão humanística e universal sem a qual a universidade carece de sentido.

Pretende-se o rompimento com a tendência à formação de profissionais que, embora capacitados à manipulação tecnológica, têm-se revelado despreparados para intervir no quadro de realidade política e cultural de seu País.

Em uma via de rigorosa coerência, entendeu-se a comunicação social em uma sociedade subdesenvolvida como uma das formas

mais eficazes de intervenção social para o desenvolvimento, sem prejuízo do papel que o comunicador social desempenha nas relações de Estado como um dos agentes de equilíbrio dos conflitos e das tensões sociais. Perspectiva, aliás, já explicitada pela UNESCO (Informe da UNESCO sobre Políticas e Planejamento da Comunicação, Paris, julho de 1972) **verbis**:

“A comunicação é indispensável para o esforço do homem no sentido de melhorar a qualidade de vida. Afeta a sua produtividade, a sua expressão pessoal e as suas necessidades de vínculo social.

Nos países menos industrializados a principal tarefa está em aumentar a participação da população nos assuntos econômicos e nacionais, melhorar seus conhecimentos teóricos e práticos, fundi-los num sentimento nacional e permitir-lhe encontrar sua identidade cultural e pessoal no esforço dirigido para o desenvolvimento nacional. Sem a comunicação, sem o pleno emprego dos modernos meios de comunicação ao lado de formas mais tradicionais de comunicação social, há poucas esperanças de alcançar objetivos urgentes em curto tempo especialmente quando nesse esforço participam milhões de pessoas. Na atualidade, os encarregados da política e os cidadãos desses países hão de prestar a mais alta atenção a função que a comunicação desempenha hoje na sociedade e estudar em que ela pode contribuir melhor em todos os aspectos do desenvolvimento nacional.”

B I B L I O G R A F I A

- (1) ARAGUREN, José Luiz L. **La comunicación humana**. Ediciones Guadarrama S/A Madri, 1975.
- (2) ECO, Umberto. **Obra aberta**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1971.
- (3) VIEIRA, Dr. Fr. Domingos. **Grande dicionário português ou thesouro da lingua portuguesa**. Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto, 1973.
- (4) XIFRA-HERAS, Jorge. **A informação, análise de uma liberdade frustrada**, Editora Lux — Editora da Universidade de S. Paulo, Rio de Janeiro, 1975.
- (5) **Diário do Congresso Nacional**.
- (6) **Anuário Estatístico do Brasil**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1975.
- (7) BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.
- (8) REISSING, Luiz. **A era tecnológica e a educação**. EBPE, MEC, Rio, 19 de janeiro de 1959.
- (9) FULLER, R. Buckminster, **Earth, inc.** Anchor Press/Doubleday, Garden City, New York, 1973.
- (10) GRUBER, Frederick C. **Antropologia e educação**. Editora Fundo da Cultura, Rio, 1963.